
SERÁ QUE A ESCOLA ESTÁ CONTRIBUINDO PARA A DIMINUIÇÃO DA VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE?

Silvia de Freitas Adrião¹

Resumo: Este texto resulta de pesquisa realizada com alunos egressos ou em fase de conclusão do ensino médio (2018) que visou identificar as consequências do modelo de ensino baseado no incentivo à competição e alcance de resultados, observado no atual contexto de ensino no país, especialmente na rede de ensino da Grande São Paulo. A hipótese era que o referido modelo não contribui para a formação de alunos mais solidários, tolerantes e atuantes dentro de uma perspectiva democrática, implicando dessa maneira, para a perpetuação do mal-estar da sociedade. Os principais resultados obtidos pela pesquisa apontam para uma escola que não estimula a boa convivência, não prioriza processos de inclusão e desenvolve nos alunos um senso negativo de competição e desvantagem quando não alcançam os melhores resultados em exames.

Palavras-chave: Mercado educacional; Escola; Ensino Médio; Bullying; Competição.

IS THE SCHOOL CONTRIBUTING TO THE DECREASE OF VIOLENCE IN SOCIETY?

Abstract: This text is the result of research carried out with students graduating from or completing high school (2018) that aimed to identify the consequences of the teaching model based on encouraging competition and achieving results, observed in the current context of education in the country, especially in education network of Greater São Paulo. The hypothesis was that the referred model does not contribute to the formation of more supportive, tolerant and active students within a democratic perspective, thus implying the perpetuation of society's malaise. The main results obtained by the research point to a school that does not encourage good coexistence, does not prioritize inclusion processes and makes students a negative sense of competition and disadvantage when they do not achieve the best results in exams.

Keywords: Educational market; School; High school; Bullying; Competition.

¹ Mestra em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Diretora Pedagógica do Colégio AB Sabin. E-mail: silviaadriao@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8614-5088>

1 INTRODUÇÃO

É princípio previsto na LDB² (Lei nº 9394/1996) que a educação tenha caráter libertador e que a tolerância e o respeito à diversidade sejam fomentados nas escolas. É objetivo também previsto na referida lei uma educação que contribua para a formação do cidadão crítico, que respeite o bem comum e a democracia. Também é meta prevista no Plano Nacional de Educação (Lei nº13005/2014) a erradicação de todas as formas de discriminação. Estes princípios são fundamentais e seguramente nenhuma escola se coloca contra. Porém, será que estes princípios são mesmo atingidos quando pensamos em como nossa sociedade tem se apresentado? Será que as escolas estão contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, tolerante e democrática?

A pesquisa realizada para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), pelas pesquisadoras Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua (2002), intitulada “Violências nas escolas”, trouxe uma densa quantidade de dados sobre a questão da violência no espaço escolar em território brasileiro. A pesquisa passou por quatorze grandes cidades do Brasil e apontou que, em todo o mundo ocidental, a questão da violência no espaço escolar não é um problema novo e não somente brasileiro. Destaca que é muito importante conhecer o ambiente escolar para entender as questões de violência dentro e fora dele. A referida pesquisa discute o tema da violência escolar de uma forma plural e como um fenômeno complexo, tanto na literatura estrangeira como na nacional (levantadas pela pesquisa). Mais recentemente, a Unesco publicou um relatório intitulado: “Violência escolar e *bullying*: relatório sobre a situação mundial” (2019), que reforça a importância de ambientes escolares seguros e acolhedores para o bem-estar físico e emocional dos estudantes e destaca que, nenhum país atingirá uma educação de qualidade, democrática e inclusiva, se os estudantes estiverem expostos a violência na própria escola.

Os trabalhos sobre violência escolar³ vão apontar várias associações entre as ocorrências e os atributos dos agressores e vítimas, em distintas instituições ou ambientes por onde circulam os jovens, porém, com características sociopolíticas e culturais relativas a: questões de gênero, relações raciais, questões familiares, influência da mídia, ambiente que circunda a escola entre outros (ABRAMOVAY; RUA, 2002).

Para a Unesco (2019), assim como para a Declaração dos Direitos da Criança (1959), a educação deve ser promotora da paz e do desenvolvimento humano, mas quando escola passa a ignorar a questão da violência ou não contribui para sua diminuição, ela nega seu papel

²LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, decretada em 1996.

³ Considera-se “violência escolar” qualquer forma de agressão física com a intenção de machucar; agressão verbal e o abuso emocional, que manifestam nos atos de isolar, rejeitar, ignorar, insultar, difamar, contar mentiras, xingar, ridicularizar, humilhar e ameaçar e também na forma do psicológico castigo; violência sexual que se caracteriza por intimidação de natureza sexual, assédio sexual, contato corporal indesejado, coerção sexual e estupro e o *bullying*, definido como o comportamental intencional e agressivo recorrente contra uma vítima, em uma situação em que há um desequilíbrio real ou percebido de poder e as vítimas se sentem vulneráveis e impotentes para se defenderem. (Unesco, 2019)

institucional. Araújo (2008) traz algumas reflexões importantes e fomenta questionamentos, destaca que um currículo baseado apenas naquilo que é externo à escola e aos jovens, como os vestibulares e o ranqueamento das instituições, determina que o mesmo tenha uma abordagem focada em conteúdos e que, para cumprir todos os programas, há limitações de tempo. Digamos que, para dar conta de um currículo extenso e focado em conteúdos disciplinares, não há espaço suficiente para investir nas relações humanas, o que resulta em instituições de ensino que não cumprem exatamente com o papel que também lhe é destinado, a formação para a respeito, para a cidadania e a convivência democrática.

Crochick (2015) traz a discussão sobre o papel da educação em relação ao modo de vida que a sociedade desenvolveu nas últimas décadas, aponta que a estrutura social estimula a violência de forma direta e indireta nos indivíduos. Além disso, o autor chama atenção para a importância da inclusão, por exemplo, como uma forma de diminuir preconceitos e a aumentar a capacidade de se viver em conjunto. Estas questões geram novas reflexões: será que o modelo de ensino, preocupado em atingir resultados acadêmicos, privilegia o aprender a estar com o outro? Há espaço para a inclusão⁴ quando uma escola está brigando por posição no ranking do Exame Nacional do Ensino Médio ou testes similares? Estimular a competição entre os alunos e entre escolas é um serviço que o sistema de ensino, mais preponderante, tem feito a favor de uma sociedade mais solidária? Para o autor, a questão do *bullying* e da violência (física, psicológica ou sexual) na escola é um dos fatores que expressam a lógica da sociedade e convida a pensarmos sobre estes problemas. Como a escola tem tratado esses assuntos? O modelo de ensino contribui para a diminuição desta violência no ambiente escolar ou não?

Crochik (2015) explica que o *bullying* é a intimidação ou provocação que um indivíduo mais forte ou mais esperto, sozinho ou em grupo, pratica de forma constante e por determinado período contra pessoas que não conseguem reagir a essa agressão. Explica também que a relação entre os agressores, que geralmente são alunos com baixo rendimento escolar e bom desempenho físico, e os agredidos, alunos com bom desempenho escolar e fraco rendimento físico, pode ser entendida pela chamada dupla hierarquia escolar, descrita pelo pesquisador Adorno (1995). Adorno descreve a hierarquia oficial como aquela vinculada ao bom desempenho escolar e a hierarquia não oficial, aquela vinculada ao bom desempenho físico. Essas hierarquias escolares reproduzem as hierarquias sociais e são fortalecidas pelo preconceito e pelo *bullying*. Adorno chama atenção para este fenômeno não com o algo do indivíduo ou de sua família, mas uma questão da estrutura social.

⁴ Inclusão aqui entendida segundo a Carta das Nações Unidas, que reconhecem a dignidade e o valor inerentes e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana como o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Na pesquisa realizada⁵ com 274 alunos, do 9º ano do ensino fundamental, de escolas públicas paulistas sobre o *bullying*, pode se perceber que a escola é vida, mas é vida que reflete o que acontece no mundo externo, na sociedade. Ou seja, a escola é um microcosmos que reproduz os padrões e comportamentos externos a ela, ao mesmo tempo que nutre e reforça este modelo de sociedade. Segundo a pesquisa apresentada, podemos vincular os alunos que se destacam em áreas não oficiais das hierarquias escolares, alunos que não apresentam bom rendimento acadêmico e ficam com os resultados nas disciplinas abaixo do padrão esperado pela própria escola, com autores de agressão. Em resumo, alunos que não apresentam bom rendimento escolar, tendem a agredir e reagir com brutalidade em relação aos demais colegas. Seria uma forma de manifestar o menosprezo pelo modelo de ensino? Seria uma forma de expressar a grande dificuldade em se inserir neste modelo? Se faz importante que a escola encontre formas de combater o preconceito diante do diferente, do aluno que não se encaixa no padrão esperado e a existência das hierarquias escolares, hierarquias que favorecem o aluno com bom rendimento acadêmico e depreciam os que ficam do outro lado da balança.

Foi com o intuito de refletir e questionar o modelo de ensino vigente que a pesquisa, neste relato apresentada, se organizou. O objetivo foi, através de questionário realizado com alunos concluintes do Ensino Médio ou recém-egressos, levantar quais as impressões e contribuições do modelo de ensino difundido, que incentiva a obtenção de resultados acadêmicos e a competição de mercado entre as escolas, para a formação de uma sociedade desigual e competitiva. A hipótese era que o estímulo à competição, o grande enfoque em resultados e o pouco investimento em inclusão, gere no jovem um sentimento de inferioridade, ou de revolta, aumentando e favorecendo a violência. Como hoje há uma supervalorização da quantidade de conhecimento acumulado, visando sucesso profissional ou aprovações em vestibulares, o trabalho com as relações humanas na escola fica, na maioria dos casos, em segundo plano (CAMPOS; JORGE, 2010).

Trata-se de um tema de extrema relevância se queremos repensar ou aprimorar a contribuição da escola para a sociedade democrática, ainda mais em tempos como hoje, em que vemos com frequência nos jornais, os ataques que jovens realizam em suas escolas, no exterior e também no Brasil, deixando vítimas e que, de certa forma, poderiam ser evitados se a escola, reflexo da sociedade, fosse menos competitiva e mais acolhedora. Também, numa ação contrária aos ataques, temos visto, cada vez com mais frequência, episódios de suicídios de jovens estudantes. Estes atos não podem ser isolados de um contexto social em que a escola está inserida. Ignorar os fenômenos de violência estudantil, como o visto em Realengo, no Rio de Janeiro ou em Suzano, São Paulo, ou a tacha de suicídio entre os jovens é um grave erro que a escola poderá

⁵ Projeto Violência Escolar: discriminação, bullying e responsabilidade, financiado pelo CNPq, como base da Bolsa Produtividade em Pesquisa, no período de 2011 a 2014. (Crochík, 2015)

cometer e a sociedade como um todo. É preciso olhar para estes fatos como sequelas de uma sociedade altamente competitiva e discriminatória e que a escola é parte disso, muito vezes, retroalimentando os problemas da sociedade.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da hipótese de que o modelo de ensino, baseado na competição e na obtenção de resultados, não favorece uma formação mais solidária e o exercício da democracia, a pesquisa visou perceber quais as impressões dos jovens e quais as contribuições das escolas para a manutenção ou aumento da competitividade, do clima de coleguismo ou de tensão entre os jovens e, através da análise dos dados, refletir sobre o tipo de relação entre a formação dada e a competição desigual, e até a violência, encontrada na sociedade.

Participaram desta pesquisa 78 jovens: 50 jovens estavam terminando o ensino médio e 28 eram recém-formados nesta ordem de estudo. Dos participantes, 46 estudaram em escolas privadas e 32 foram estudantes de escolas públicas. O questionário da pesquisa foi aplicado entre os meses de janeiro a junho de 2018, de forma online, o que permitiu uma maior distribuição do acesso, porém dificultou, em parte, a delimitação dos territórios dos estudantes. Sabe-se que as respostas obtidas incluíram estudantes da Grande São Paulo. Nas próximas linhas, encontraremos alguns dados obtidos.

Neste relato se apresenta a reflexão sobre algumas questões que fizeram parte da pesquisa. As primeiras tabelas explicarão um pouco sobre o perfil socioeconômico dos alunos. Posteriormente virão as questões e dados sobre as impressões que os alunos tiveram sobre a finalidade da escola, sobre o clima de estudo e tipo de metodologia mais valorizada pelas escolas dos alunos participantes e a impressão sobre investimento em inclusão.

Tabela 1: Nível de escolarização dos familiares do total de participantes

	Ensino Fundamental	Ensino médio	Ensino Superior	Pós-graduação
Pai	6	18	20	34
Mãe	0	22	28	28

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Tabela 2: Nível de escolarização dos familiares - alunos das escolas públicas

	Ensino Fundamental	Ensino médio	Ensino Superior	Pós-graduação
Pai	4	7	9	12
Mãe	0	12	10	10

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Se observamos o quadro “ensino superior” e “pós-graduação”, podemos perceber que prevalece a formação em nível superior dos familiares dos participantes de escolas privadas. Neste caso, estamos tratando, portanto, de uma educação voltada para uma classe social mais privilegiada do ponto de vista do acesso à escolarização, porque trata-se de famílias com formação superior. Quando olhamos para a tabela que destaca a formação dos pais de alunos de escolas públicas, o grau de formação dos genitores já é menor e podemos interpretar que se trata de um público com acesso mais restrito aos bens formativos. Podemos dizer que há diferenças socioeconômicas importantes se compararmos o grau de formação dos dois públicos citados.

A próxima questão apresentada solicitava que o participante colocasse em ordem de preferência qual era, segundo sua opinião, a finalidade da escola.

Tabela 3: Finalidade da escola

Finalidade	Ordem de importância
Fornecer conhecimentos e experiências para uma vida mais emancipada	2
Formar para conseguir uma vaga numa concorrida universidade	1,5
Promover o contato com o conhecimento acumulado pela humanidade	1,5
Formar para se destacar no mercado de trabalho	1

Fonte: dados da pesquisa (2018).

De acordo com a tabela acima, podemos observar que prevaleceu uma visão mais formativa e emancipadora da finalidade da escola, porém, seguida de uma concepção de que a escola deve formar para se conseguir uma vaga em uma das universidades mais concorridas do estado e do país. Comparando as respostas, podemos perceber que há um certo grau de duplicidade na interpretação da finalidade da escola: ao mesmo tempo que deve ajudar na emancipação, deve preparar para concorrer a uma vaga em uma boa universidade. O sistema de vagas e o próprio modelo de vestibular favorece a emancipação? É possível conciliar as duas finalidades sem que o jovem se sinta pressionado ou exposto à competição? São questões importantes que podem ficar como convite à reflexão ou para uma futura pesquisa.

Para os estudantes da rede privada, foi perguntado se as escolas davam algum tipo de incentivo financeiro para o aluno que obtivesse bom rendimento acadêmico. Esta ideia de premiar o rendimento acadêmico já pode gerar uma espécie de pressão no aluno, e, ao mesmo tempo que premia o aluno de bom rendimento, já pune o aluno que não possui um bom rendimento. Muitas vezes, sabemos que, apesar de esforços, há alunos que possuem dificuldades de aprendizagem e que este tipo de política da escola não favorece a relação igualitária entre os estudantes. De acordo com as respostas obtidas pelos estudantes de escolas privadas, 36% responderam que sim, que a escola

fornecia ou ainda fornece incentivo financeiro para as famílias dos alunos que possuem bom rendimento acadêmico.

Também foi perguntado se a escola compartilhava ou compartilha com os outros alunos os resultados, de cada um, em provas ou similares. As opções “sempre compartilham” ou “às vezes compartilham” somaram 50 respostas. É um número bastante expressivo que demonstra a postura da maioria das escolas. Compartilhar o resultado de provas entre os alunos favorece um clima de trabalho colaborativo entre os jovens? É possível que este tipo de iniciativa da escola promova um clima de competição e, em casos de baixo rendimento do aluno, até podemos dizer, de humilhação dos estudantes. Há, neste tipo de ação, um grande incentivo à chamada por Adorno (1995), de hierarquia oficial escolar. A grande ênfase que se dá ao alto desempenho, opera de forma a aumentar ainda mais a distância entre as hierarquias escolares (rendimento acadêmico x rendimento corporal ou baixo rendimento acadêmico), é um fértil ambiente para o *bullying* e a violência em geral.

Outra questão, trouxe a seguinte pergunta: Na sua escola há (ou havia) alguma divisão das turmas por resultado em notas. Exemplo: turma A os alunos com melhor rendimento. Turma B, alunos com médio rendimento, e assim por diante? 25% dos alunos responderam que sim. Apesar de não ser o número majoritário, este número é bastante expressivo, posto que este tipo de atitude da escola é extremamente contraditório quando se pensa numa escola que visa educar para a igualdade, para a tolerância e o respeito à diversidade. Organizar os jovens de acordo com seu rendimento vai exatamente na contramão dos princípios da educação que queremos, como proposto pela Unesco (1998): a educação não se define mais em relação a um conteúdo determinado que se trata de assimilar, mas concebe-se, na verdade, como um processo de ser, que, através da diversidade de suas experiências, aprende a exprimir-se, a comunicar, a interrogar o mundo e a tornar-se sempre mais ele próprio. Esta questão também nos ajuda a entender um pouco qual a contribuição da escola, destas que adotam tais medidas, para a manutenção das desigualdades da sociedade. Preocupa a naturalização da competição.

A concessão de cada diploma, ao final de um longo processo de escolarização, pode ser concebida como o equivalente a um veredito sobre a competência escolar e social daquele que o recebe, expressando na mesma operação, um veredito sobre a incompetência também escolar e também social dos que não o receberam (ALMEIDA, 2009, p. 35).

Este modelo de ensino baseado na competição, na comparação e no alto rendimento, ao mesmo que evidencia os alunos com ótimo desempenho, pressiona, oprime, constrange e até exclui todos aqueles que, por inúmeras razões, ficam fora da elite dos resultados.

Seguindo com os dados obtidos, temos a tabela abaixo:

Tabela 4: Modalidade de trabalhos mais incentivados pelas escolas:

Modalidade de trabalho	%
Individual	15%
Em grupo	14%
Equilibrado: mesma quantidade e peso nas notas dos trabalhos em grupo e individuais.	43%
Equilibrado, porém os trabalhos individuais possuem mais peso na nota que os coletivos.	22%
Equilibrado, porém os trabalhos coletivos possuem mais peso na nota que os individuais.	5%

Fonte: dados da pesquisa (2018).

A metodologia adotada pela escola pode contribuir para a promoção de uma educação para o exercício da democracia ou também pode fazer exatamente o inverso. Na tabela acima, podemos perceber que prevalece a opção que diz que a escola faz um equilíbrio de incentivo entre trabalhos individuais e em grupo. É uma boa notícia, já que promover um ensino mais coletivo, onde cada um pode contribuir com aquilo que tem de melhor, é aproximar, um pouco mais, a educação de seu compromisso com a sociedade. Porém, se compararmos os resultados desta questão com a anterior, sobre a separação das turmas por rendimento, vemos que a escola pode ser contraditória. O incentivo ao diálogo, ao debate e a construção coletiva de conhecimento pode ser uma alternativa fundamental para tirar o estudante do isolamento e um caminho para respondermos diversas questões sobre a convivência e construção de uma sociedade mais equilibrada.

Tudo isso contribui para que na construção psicológica dos valores, que as pessoas desenvolvem ao participar de espaços coletivos de diálogo, se privilegiam formas abertas de compreender o mundo, e não fechadas em certezas e verdades que assumem caminhos únicos. Entende-se que pessoas com tais habilidades cognitivas, como flexibilidade para o diálogo, habilidades afetivas, como a capacidade de se colocar no lugar do outro, o desenvolvimento da empatia e habilidades sociais, conviver em grupo, cooperar, terão maior possibilidade de agir eticamente no mundo, ao perceberem com naturalidade as diferenças em formas de agir e de pensar das pessoas em geral (ARAÚJO, 2008).

Quando perguntado para os estudantes se a escola divulga os resultados dos alunos em vestibulares, exames ou Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para o público em geral ou mídia, 65% dos alunos disseram que sim. E, quando perguntado se este fato, da divulgação, fez com que o indivíduo se sentisse pressionado para buscar melhores resultados, 63% dos estudantes responderam que sim, se sentiram, pressionados para obterem melhores resultados.

Esta questão do uso mercadológico do desempenho dos alunos é profunda e mereceria uma pesquisa inteira para ela. Podemos aqui apenas dizer que, se a ideia era verificar se o modelo de ensino baseado em competição e resultados contribui para a manutenção de uma sociedade

competitiva e até, de certa forma, violenta, temos uma importante pista no sentido de confirmar esta hipótese. Os alunos afirmaram que se sentiram pressionados para obterem melhores resultados, não por uma busca de crescimento pessoal ou realização de sonhos e trajetórias de vida, mas para corresponderem com a expectativa do mercado educacional, que é externo a eles.

Tabela 5: Em algum momento da sua escolarização você se sentiu inferiorizado (a) por alguma atitude da escola?

Poucas vezes	31%
Várias vezes	47%
Nunca	22%

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Observando os dados da tabela acima podemos concluir que prevalece a sensação, entre os alunos participantes, de inferiorização por alguma atitude da escola. Este dado é muito importante para todos que atuam nas escolas repensarem seus atos e efeitos. A educação emancipatória e promotora da igualdade deve zelar pelos alunos. É evidente que, no processo de crescimento de cada indivíduo, há frustrações e conflitos que são normais e até bem-vindos para o amadurecimento e o fortalecimento da personalidade. Porém, quando a escola é a promotora da inferiorização do estudante, deve se rever e buscar alternativas. Veja alguns depoimentos dos alunos sobre o assunto:

Quando se falava que os alunos que não estudassem pelo menos 5 horas por dia em casa estavam fadados ao fracasso e quando divulgavam o ranking dos 50 melhores alunos.
(Aluno participante 1 - questionário, 2018)

Inferiorizar um aluno, por ter dificuldade de entender a matéria, usando comparações com outros alunos que têm melhores notas. Ou associar a falta de estudo diretamente com a nota baixa. Às vezes estudamos muito e não conseguimos a nota desejada.
(Aluno participante 2 - questionário, 2018)

Professores desrespeitosos que ridicularizam os alunos e o tratam como “burros”.
(Aluno participante 3 - questionário, 2018)

Professores e alunos se colocando acima e inferiorizando o resto.
(Aluno participante 4 - questionário, 2018)

Para Adorno (1995), é muito importante que a educação, desde a escola da infância, se oponha a qualquer rito ou ato de violência, mesmo aqueles tidos como normais. “Agrada pensar que a chance é tanto maior quanto menos se erra na infância, quanto melhor são tratadas as crianças ” (ADORNO, 1995, p. 1226). Essa visão de Adorno se aplica a todo processo de escolarização. É importante que a escola promova o aluno e não o faça se sentir incapaz.

Tabela 6: Sobre o investimento em inclusão no Ensino Médio

Sua escola investe em Inclusão no Ensino Médio?	Um pouco	Muito	Não investe
	58%	34%	8%

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Os dados obtidos com a questão acima também mereceriam uma pesquisa inteira sobre o tema. Quando perguntado se há algum investimento em inclusão no ensino médio das escolas, boa parte dos participantes responderam que sim ou um pouco. Estes dados parecem surpreendentes considerando que, em respostas anteriores vimos que há um incentivo à competição entre alunos e o investimento em inclusão não é muito favorável a este tipo de escola competitiva. Certamente aqui fica um desafio para futuras pesquisas que podem nos ajudar a entender de que forma este investimento é feito? Se é mesmo feito ou se trata de uma impressão dos alunos? Como estas escolas equilibram a busca por rendimento e rankings com inclusão?

A importância do investimento em inclusão se dá na confirmação que, de acordo com Adorno (1995) a experiência é o “antídoto” ao preconceito; ou seja, quanto mais inclusiva a escola, quanto mais a escola promove a convivência com o diferente, a formação será mais aberta e plural. Uma formação que combaterá a violência e a intolerância. Como a estrutura social e cultural é determinante da possibilidade da experiência (CROCHICK, 2015), uma escola que combate o preconceito e outras formas de violência, reverbera na sociedade.

A questão seguinte perguntava se, numa situação hipotética, um colega constrangia ou ridicularizava outro aluno, qual seria o posicionamento da escola? 23% dos alunos disseram que a escola não fazia nada e 77% afirmaram que a escola reprovava o comportamento deste colega e promovia alguma situação de retratação. Esta posição da escola de criar situação de retratação é muito importante para diminuir, no ambiente escolar, o clima de litígio e violência e gerar um clima educativo e promotor do respeito à diferença. Podemos afirmar que é a escola fazendo o que deve ser feito. O papel da escola como informadora e formadora a respeito das questões de violência ou *bullying* é importante, tendo em vista constituir fonte confiável de informação de caráter pedagógico (CAMPOS; JORGE, 2010). Mas, se analisarmos por outra perspectiva as respostas, 23% afirmaram que a escola não tomava nenhum tipo de procedimento ou até conhecimento do assunto. Este comportamento, que nega sua função educativa e promotora da paz, preocupa. Apesar dos avanços, ainda falta para a escola incorporar no currículo aprendizagens necessárias para a prática democrática da convivência solidária.

A democracia escolar, o protagonismo e a participação, os valores morais e éticos, a compreensão sobre como estratégias de resolução de conflitos podem contribuir para a formação

ética e psicológica das pessoas, e para a transformação das relações interpessoais no ambiente escolar (ARAÚJO, 2008).

Não partilhamos nem da posição que julga impossível haver a convivência pacífica entre os homens e nem da que julga que a ideologia, presente em sua defesa, seja unicamente falsa; essa convivência revela um sonho humano e, como tal, possível de ser realizado quando as sementes do pesadelo não forem mais plantadas. (CROCHÍK, 2011, p. 32)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que os propósitos para a escola, tanto na esfera legal, quanto nas pesquisas acadêmicas como as de Araújo (2008), Crochik (2015) ou nos relatórios da Unesco (1998 e 2019), por exemplo, são vinculados aos princípios da democracia, da promoção da paz e da igualdade. Vimos também que as problemáticas encontradas na sociedade são refletidas na escola e, podemos considerar que, o inverso também é verdadeiro. Porém, este texto traz a contribuição de pesquisa realizada com alunos egressos ou em fase de conclusão do ensino médio na Grande São Paulo que procurou cruzar estes propósitos com as ações que muitas instituições realizam.

A partir da análise dos resultados podemos concluir que o modelo de ensino, representado pelas escolas dos alunos que participaram da pesquisa, apresenta contradições entre sua finalidade e seus atos. Ao mesmo tempo que a educação se propõe a formar uma sociedade mais justa e igualitária, as escolas ainda promovem ações de competição entre os estudantes e constrangimento durante o percurso estudantil. Percebe-se que a escola não fomenta o coleguismo e contribui para o mal-estar entre os estudantes. O modelo metodológico que foi apresentado pelos estudantes, privilegia e promove a competição e o alto rendimento acadêmico, ainda que menos que o esperado na hipótese inicial da pesquisa e, de forma indireta e totalmente naturalizada, exclui e oprime a maior parte dos estudantes que não está no ponto alto do rendimento acadêmico. Digamos que exclui quando “festeja” explicitamente o aluno que teve um resultado satisfatório em avaliações ou vestibulares, por exemplo, e os estudantes que não estão nesta faixa do alto rendimento escolar relatam desconforto, não se sentem pertencentes ao seleto grupo e relatam até desmotivação para continuarem os esforços.

É inegável que há avanços nos âmbitos legais, nas pesquisas acadêmicas e também na atuação das escolas, como mostram as tabelas ao longo do texto. Mas ainda temos um caminho a percorrer para atingirmos uma escolarização mais inclusiva, emancipatória e empática, o que, certamente, se reverterá em um grande benefício para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. Brasília-DF: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do

Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000125791>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução por Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 119-138.

ALMEIDA, Ana Maria F. **A escola dos dirigentes paulistas – Ensino Médio, Vestibular e desigualdade social**. Belo Horizonte-MG: Argvmentvm, 2009

ARAÚJO, Ulisses F. A resolução de conflitos e assembleias escolares. **Caderno de Educação**, Pelotas - RS, v.31, p. 115 - 131, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1743/1623>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB]**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 16 abr. 2018.

BRASIL. **Plano nacional de Educação [PNE]**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 22 maio 2018.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 3 nov. 2020.

CROCHIK, José L. Preconceito e Inclusão. **WebMosaica: Revista do Instituto cultural judaico Marc Chagall**, Porto Alegre-RS, v.3, n.1, jan-jun 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/view/22359/13016>. Acesso em: 09 nov. 2020.

CROCHIK, José L. Formas de violência escolar: preconceito e bullying. **Movimento - Revista de Educação**, Rio de Janeiro-RJ, v. 3, 2015, p. 29-56.

CROCHIK, José L.; KOHASTU, L. N.; DIAS, M.A.; FRELLER, C. C.; CASCO, R. **Inclusão e Discriminação na Educação Escolar**. 1. ed. Campinas-SP: Alínea Editora, 2013.

CAMPOS, Herculano Ricardo; JORGE, Samia Dayana Cardoso. Violência na escola: uma reflexão sobre o bullying e a prática educativa. **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 107-128, mar. 2010. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2254/2221>. Acesso em: 09 nov. 2020.

UNESCO. **Declaração dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>. Acesso em: 2 jun. 2018.

UNESCO. **Educação um Tesouro a Descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília-DF: Edições Asa/ São Paulo: Cortez Editora, 1998. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000009.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2020

UNESCO. **Violência escolar e bullying**: relatório sobre a situação mundial. Brasília-DF, 2019. Disponível em: https://sites.usp.br/sp-proso/wp-content/uploads/sites/526/2019/07/violencia_escolar_bullying_unesco.pdf. Acesso em: 09 nov. 2020.

*Submetido em: 05 de junho de 2020.
Aprovado em: 03 de novembro de 2020.*